

## **Contribuições da Educação Física na Inclusão do Deficiente Intelectual no Ensino Fundamental**

Profa. Spec. Jocélia Araújo Costa<sup>1</sup>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4712-8816>

Prof. M. Sc. Rickardo Léo Ramos Gomes<sup>2</sup>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6101-9571>

---

**Resumo:** O presente estudo investigou a temática da inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino fundamental na prática pedagógica da educação física escolar. A metodologia seguiu uma abordagem qualitativa de caráter exploratório. Participaram do estudo três coordenadoras pedagógicas, três profissionais da educação física que atuam no ensino regular e trabalham com alunos que possuem deficiência intelectual, três professoras pedagógicas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e três pais que têm filhos com deficiência intelectual ingressos nas respectivas instituições de ensino. Foram utilizados instrumentos como entrevistas com questionários semi-estruturados e observações. Os objetivos desta pesquisa são os seguintes: Analisar os processos de inclusão dos alunos com deficiência intelectual no ensino fundamental; Verificar os recursos materiais que são utilizados nas práticas educacionais; Averiguar as contribuições existentes da educação física no que se refere à qualidade de vida dos alunos com deficiência intelectual; Identificar o papel do profissional da educação física, dos professores pedagogos e as metodologias aplicadas nesse processo inclusivo. O estudo evidencia a consciência dos professores de educação física, os quais reconhecem e valorizam a importância do seu papel na inclusão enquanto educadores e, como uma necessidade pedagógica, procuram contribuir de forma mais humana e mais concreta, através de metodologias que venham sensibilizar os grupos ditos “normais”, conscientizando-os e desmistificando preconceitos quanto às limitações apresentadas por alunos com deficiência intelectual. Para tanto, reconhece-se que são necessários maiores investimentos e melhorias nas condições de trabalho no contexto pesquisado dentro da educação brasileira.

**Palavras - chave:** Educação Física. Inclusão. Deficiência Intelectual.

---

**Abstract:** The present study investigated the theme of inclusion of students with intellectual disabilities in elementary school in the pedagogical practice of school physical education. The methodology followed an exploratory qualitative approach. Three pedagogical coordinators participated in the study, three physical education professionals who work in regular education and work with students who have intellectual disabilities, three pedagogical teachers of Specialized Educational Assistance (AEE) and three parents who have children with intellectual disabilities who are enrolled in the respective institutions of education. teaching. Instruments such as interviews with semi-structured questionnaires and observations were used. The objectives of this research are the following: To analyze the processes of inclusion of students with intellectual disabilities in elementary education; Check the material resources that are used in educational practices; Investigate the existing contributions of physical education with regard to the quality of life of students with intellectual disabilities; Identify the role of the physical education professional, pedagogue teachers and the methodologies

---

1 Graduação em Educação Física - Licenciatura Plena pela IES Faculdades Nordeste; Graduação em Bacharelado em Educação Física pelo Centro Universitário UniFano; Pós-graduanda em Atendimento Educacional Especializado pela Universidade Estadual Vale do Acaraú; Especialização em Educação Física Escolar pela IES Faculdades Nordeste; Atualmente é Professora de Educação Física da EM Santos Dumont (PMF) e Professora de Educação Física da EM Professora Lireda Facó (PMF). Tem experiência na área de Educação Física, com ênfase em Educação Física - Licenciatura Plena.

2 Prof. da Disc. de Met. do Trabalho Científico (Orientador) – Inst. Euvaldo Lodi; C. U. Farias Brito; C. U. UniAteneu; Doutorado (Título Cultural) em Ciências Biológicas pela FICL; M. Sc. em Fitotecnia pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Spec. em Met. do Ens. de Ciências pela UECe; Grad. em Agronomia pela UFC; Licenciado na Área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias pela UVA; Aperf. em Líderes de Aprendizagem pela Universidade de Harvard; Aperf. em Gestão de Riscos em Projetos pelo BID; Aperf. em Met. do Trabalho Científico pela FIOCRUZ. Curso Aperf. Rastreamento do Contato da COVID-19 pela Johns Hopkins University (JHBSPH); Consultor Internacional do BIRD para Laboratórios Científicos. Fundador da RLRG Consultoria Científica.

applied in this inclusive process. The study highlights the awareness of physical education teachers, who recognize and value the importance of their role in inclusion as educators and, as a pedagogical need, seek to contribute in a more humane and more concrete way, through methodologies that will sensitize the groups so-called "normal", making them aware and demystifying prejudices regarding the limitations presented by students with intellectual disabilities. Therefore, it is recognized that greater investments and improvements in working conditions are needed in the context researched within Brazilian education.

**Keywords:** Physical Education. Inclusion. Intellectual Disability.

## 1. Introdução

A educação é um processo que possibilita o indivíduo se comunicar com o mundo e com os outros, oportunizando o desenvolvimento de suas capacidades físicas e intelectuais, tendo como recursos a internalização e disseminação do saber. Para tanto, esta deve ser um direito de todos os indivíduos constituintes da sociedade, independentemente de cor, raça, sexo, credo, etc. Evidencia-se sua importância na Constituição Federal de 1988, a qual dá ênfase o referido em seu Art. 205 - Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto - Seção I - Da Educação que diz o seguinte: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O desenvolvimento do indivíduo é dever do Estado e da família segundo a Constituição. Todavia, questiona-se se isto está ocorrendo, principalmente no que se refere à inclusão escolar do deficiente intelectual no ensino fundamental.

Em 10 de junho de 1994, representantes de 92 países e 25 organizações internacionais realizaram a Conferência Mundial de Educação e lançaram a Declaração de Salamanca onde diz: "As escolas regulares com orientação para a educação inclusiva, são o meio eficaz no combate às atitudes discriminatórias propiciando condições para desenvolver as comunidades integradas, base da construção da sociedade inclusiva e obtenção de uma real educação para todos". (BRASIL, 1994)

Dentro desse processo inclusivo, encontramos na educação física escolar (EFE) uma forte aliada, valorizando o princípio de que ela contempla a capacidade de crescimento do ser humano que é ilimitada e das várias possibilidades ofertadas por esta e pelos profissionais da mesma, os quais deverão estar habilitados para trabalhar e fazer a inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino fundamental.

Ainda na perspectiva de inclusão de alunos com deficiência intelectual, observamos no universo escolar uma demanda significativa destes alunos e o desafio de uma formação mais aprofundada e qualificação profissional por parte de todos os atores envolvidos nesse processo, desde a equipe gestora até os profissionais pedagogos e professores de EFE. E mais, a necessidade de apoio de uma equipe multidisciplinar para dar suporte e contribuir para o desenvolvimento desses alunos.

Desta forma, expressa-se uma preocupação em discutir a inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino fundamental, tendo como importante aliada à EFE e suas intervenções contributivas ao contexto escolar. O estudo busca analisar as peculiaridades deste universo nas práticas educacionais, com o intuito de promover a inclusão social e a desmistificação de preconceitos a eles existentes a essa inclusão.

Há necessidade de um olhar reflexivo dos profissionais de EFE e de uma formação embasada em fundamentos teóricos científicos pertinentes de modo que os referidos profissionais tenham conhecimento e segurança ao trabalhar com estes alunos.

O objetivo geral desta pesquisa encontra-se voltado para o propósito de observar a problemática existente, às necessidades resultantes da inclusão no meio escolar de alunos com deficiência intelectual, as adaptações necessárias no espaço físico e as metodologias utilizadas no processo de ensino e aprendizagem de alunos que apresentam essa característica foram desenvolvidas neste estudo. Sabe-se quanto importante é a EFE, pois melhora as habilidades psicomotoras destes alunos, buscando adaptá-los as atividades, incluí-los no universo escolar e na sociedade, proporcionando mais satisfação e qualidade de vida para eles.

Este artigo foi estruturado em quatro tópicos. No primeiro temos a introdução onde foram destacados os objetivos da pesquisa. No segundo elaborou-se uma fundamentação teórica para sustentar cientificamente as discussões promovidas na elaboração deste artigo. No terceiro apresentou-se a metodologia adotada para a realização do artigo e, por fim, no quarto e último tópico, discorreu-se sobre as considerações finais desta pesquisa.

## 2. Fundamentação Teórica

### 2.1 A Educação Física Escolar e sua Relevância no Contexto Histórico

A EFE teve seu marco histórico atrelada de início à classe dominante, estava estreitamente ligada aos militares e a classe médica numa relação que visava formar indivíduos fortes e saudáveis para defender a pátria

dos perigos internos e externos, procurando desenvolver-se em função do Estado, sendo regida numa ideologia elitista e dominadora (MEC/SEF, 1997).

A educação física em meio às epidemias que emergiram no século passado, teve uma função higienista propondo-se a interferir e a modificar os hábitos de saúde e higiene da população, favorecendo uma mudança de postura da sociedade com relação à educação do corpo e pretendia contribuir para a formação de um físico saudável e com equilíbrio orgânico, deixando-os menos propício as doenças ocasionadas pela falta de saneamento básico e com hábitos saudáveis de higiene (MEC/SEF, 1997).

A eugenia estava incutida no pensamento de muitos políticos e intelectuais da época, havendo, portanto, uma preocupação com o a miscigenação de raças, tendo a educação física e a educação sexual a missão, de manter essa pureza da raça procurando influenciar a população para este intento (MEC/SEF, 1997). A prática da educação física por muito tempo foi evitada por ser associada ao trabalho escravo e a força física, o que gerou um preconceito com atividades que exigissem mais esforço físico (MEC/SEF, 1997).

A efetivação da educação física nas escolas só foi possível graças à criação em 1851 da Reforma Couto Ferraz que tornou obrigatória a educação física nas escolas do Município da corte. Todavia, esta não teve boa aprovação pelos pais que não queriam que seus filhos estivessem inseridos em atividades que não tivessem respaldo intelectual (MEC/SEF, 1997).

Num outro momento, Rui Barbosa deu uma importante contribuição à área da EFE, fato ocorrido em 1882, quando deu um parecer acerca do projeto 224 – Reforma Leônicio de Carvalho, decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, da instrução pública – no qual defendeu a inclusão da ginástica nas escolas e equiparação dos professores de ginástica aos das outras disciplinas (MEC/SEF, 1997). Destacando-se neste parecer a ideia sobre a importância de se ter um corpo saudável para manter a atividade intelectual.

A EFE vem ao longo dos anos conquistando espaço e somente no início deste século, sob o nome de ginástica teve sua inclusão nos currículos de alguns Estados da Federação como: Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo. Vivencia-se nesse período, influências do movimento Escola Novista, que ressaltou a importância da educação física no desenvolvimento pleno do ser humano (MEC/SEF, 1997).

## **2.2 A Educação Especial na Atualidade**

A educação especial na atualidade tem sido presidida por princípios teóricos e filosóficos emanados da evolução conceitual e da definição de políticas próprias, enquanto área de conhecimento e campo de atuação profissional, buscando contribuir, de maneira intencional e planejada, para a superação de uma educação especial equivocada. Essa educação responsabiliza o deficiente ou o seu próprio meio pelas dificuldades de aprendizagem e de adaptação, exercendo uma função segregadora e excludente, atuando contra os ideais de inclusão, de integração social de pessoas com deficiência e a garantia de plena cidadania.

A literatura especializada aponta grandes avanços recentes, mas, ao mesmo tempo, revela imensas lacunas no conhecimento relativo a problemas que envolvem os indivíduos especiais, suas famílias, a escola e a comunidade; problemas cuja solução depende de investigação científica e de intervenções, embasada e avaliada nestas pesquisas.

Sousa (2021, p. 282) fala da liberdade que a EFE pode proporcionar na atenção da educação de todos os estudantes:

É essa liberdade promovida por essa estratégia didática que permite incentivar os estudantes e os docentes a experimentarem um novo formato na organização didático pedagógica. Tal momento pode possibilitar que diversas práticas corporais sejam tematizadas e vivenciadas na escola e principalmente nas aulas de Educação Física.

Reiterando a importância de pesquisas na área, elas devem conter perguntas em aberto com questões relativas a características e potenciais de pessoas com deficiência, a procedimentos e estratégias de ensino efetivas e exequíveis, à construção de currículos significativos (incluindo a profissionalização e estratégias para sobrevivência autônoma). Também sobre modalidades de serviços apropriados ao deficiente e como torná-los acessíveis, sobre formas de envolvimento da comunidade para contribuir à organização escolar, às políticas públicas e à distribuição de recursos, entre outras.

Costa, Ferreira e Barroso (2021, p. 215) comentam sobre a atuação docente relacionada à inclusão:

A atuação docente nos apresenta situações que exigem que tenhamos um vasto conhecimento para que possamos lidar com as mesmas. Nesse sentido, o atendimento a alunos com necessidades educativas vem se configurando como um desafio, visto que a formação de professores não os prepara para essa realidade, mas esses profissionais devem reunir esforços integradores e complementares de modo que os alunos tenham o melhor atendimento possível.

Buscar concretizar os planos e idéias requer conhecimentos e práticas. Para tanto é preciso refletir sobre a metodologia necessária e o conhecimento necessário para fundamentar a prática. A questão da educação inclusiva é na atualidade um tema evidenciado e pertinente sobre todas as vertentes inclusive filosóficas, por ser uma questão de valor humano, uma questão moral que envolve a sociedade levando-a a pensar e repensar suas práticas e atitudes excludentes e discriminatórias frente às pessoas com deficiências. E para questioná-la é preciso estar dentro da ética vigente de uma sociedade dita democrática, e não se deve descartar que a adoção de diretrizes baseadas na educação inclusiva pode ser a única estratégia política com potencial para garantir o avanço necessário na educação especial brasileira.

A mobilização por parte de outros países se dá em meio ao acesso tímido, mas já existente na educação, com rede de serviços variados e melhor qualificação por parte destes, nos quais se percebe uma visão de educação inclusiva representando apenas um passo natural em direção à mudança. No Brasil a educação inclusiva é ainda uma história a ser construída, e as universidades podem contribuir para esse processo.

Portanto, a ciência torna-se indispensável e sua contribuição é riquíssima para que a sociedade brasileira, venha a ter uma maior compreensão e interação quanto a uma ação planejada de maneira intencional para a superação de uma educação especial precipitada que atua muitas vezes contra os ideais de inclusão social e cidadania plena. Em contrapartida, é necessário que o processo de tomada de decisão política privilegie mais as bases empíricas fornecidas pela pesquisa científica sobre inclusão escolar, favorecendo uma melhor qualificação e uma formação continuada para o seu corpo docente.

Na atualidade, no Brasil há procedimentos que geram dados que permitem subsidiar o acompanhamento de políticas públicas educacionais, que adotam a perspectiva da inclusão, sobre formação de professores (do ensino regular e especial) e estratégias pedagógicas inclusivas que foram adaptadas para a realidade brasileira.

A mudança no que se refere à inclusão requer ainda um grande esforço, em termos de recursos humanos, condições de trabalho para que ela possa ser efetivada na prática, porque é na qualificação profissional que consiste um maior êxito e avanços relacionados a conhecimentos teóricos científicos e práticos, para identificar as armadilhas de concepções e procedimentos inadequados, que reside à possibilidade de alterar a realidade da educação especial no país e da população deficiente no âmbito da inclusão e não somente no aspecto assistencialista e imediatista que ficaram atrelados por muitos anos na história destes.

Segundo Fortunato (1997), considera que numa política de atendimento ao deficiente faz-se necessário desvelar os reais papéis que a educação especial tem cumprido em nossa sociedade, muitas vezes eles têm servido mais para a manutenção da população deficiente no âmbito do assistencialismo, sendo este entendido como a antítese do direito ao exercício de cidadania.

Assim sendo, o êxito da educação inclusiva em nosso país dependerá de um empenho e trabalho conjunto com os envolvidos nesse contexto, que obrigará a uma mudança na postura de pesquisadores, políticos, prestadores de serviços, familiares e indivíduos com deficiência, num trabalho sério e comprometido, desta forma teríamos a garantia de uma educação de melhor qualidade para todos. E a partir disso, a modificação da realidade socialmente construída pelos homens só poderá se efetivar através de uma visão crítica, do trabalho ético e profissional.

A fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), na década de 1940, veio garantir o suporte e o estímulo necessário para que ocorresse o processo de inclusão social. O ano de 1981, foi declarado o ano internacional da pessoa portadora de deficiência, teve como tema “participação plena e igualdade”, hoje considerado o embrião da educação inclusiva sendo que de 1983-1992, foi declarada a década das pessoas com deficiência pelas Nações Unidas.

A educação inclusiva, apesar de encontrar sérias resistências por parte de muitos, constitui uma proposta que objetiva resgatar valores sociais voltados à igualdade de direitos e de oportunidades para todos. No entanto, para que esta inclusão se concretize, não é necessário apenas existirem leis que determinem a sua efetivação. É preciso muito mais, esforços, investimentos e iniciativas que culminem numa sociedade mais consciente.

O ideal seria refletir sobre certos conceitos, como por exemplo, concepção de homem, educação, e sociedade, bem como seus determinantes econômicos, sociais e políticos. Tudo isto, pressagia grandes avanços e mudanças na sociedade, acabando definitivamente com o preconceito. Também buscando analisar sobre quais seriam as condições necessárias à inclusão das pessoas com deficiência na escola pública, através de pesquisas, dados confiáveis e precisos, saindo das discussões meramente opinativas.

Portanto, a realidade da educação especial brasileira ainda não é a adequada, mas percebe-se grande mobilização por parte de todos os sujeitos envolvidos com relação à melhoria da mesma. A contribuição da EF neste contexto é de suscitar dentro do indivíduo valores e princípios éticos como: a cooperação, a sensibilização, o respeito às diferenças, pois em sua prática a educação física trabalha a pessoa em sua integridade visando a sua formação e valores humanos. Por isso, a EF não poderia ficar de fora desse contexto. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em seu artigo 26, no parágrafo 3º, o qual a educação física integrada à proposta

pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno. (Art.26. 3º - Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003).

Sabemos do importante papel da EFE no ambiente escolar e da sua intervenção profissional, e que esta deverá ajustar-se às condições da população escolar e revestir-se de procedimentos diagnósticos, utilizando-se de métodos e técnicas específicas, de consulta, de avaliação, de prescrição e de orientação de sessões de atividades físicas e intelectivas, com fins educacionais, recreacionais, de treinamento e de promoção da saúde, observando a Legislação pertinente e o Código de Ética Profissional e, sujeito a fiscalização em suas intervenções no exercício profissional pelo Sistema (Conselho Federal de Educação Física e Conselho Regional de Educação Física - CONFEF/CREFs).

### **2.3 A Importância da Inclusão do Deficiente Intelectual na Escola**

Conforme a Convenção da Guatemala, e sua atrelação a constituição brasileira pelo decreto nº 3.956\*/2001, artigo primeiro define deficiência como “[...] uma restrição física, mental e / ou sensorial, de natureza permanente ou transitória que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais na vida diária, causada ou agravada pela o ambiente econômico social”. (MEC/SEE, 2022).

Para desenvolver suas funções e está habilitado a trabalhar tanto com crianças especiais como as crianças ditas normais, o profissional da EFE deverá estar munido de conhecimento científicos, pedagógicos e técnicos no que se refere à profissão e manter-se atualizado.

Portanto, o professor da EFE dentro da sua capacitação profissional deverá fazer o uso da ética, no que se refere a sua atuação nos espaços os quais contribuirá com a sua formação. O estímulo proporcionado aos grupos excluídos de nossa sociedade, faz-se necessário por parte do profissional da EFE e a inserção destes, pois permitirá o direito de todas as pessoas a prática de atividades físicas, o que irá favorecer estilos de vida saudáveis, podendo contribuir para uma transformação social.

Este profissional em suas intervenções deverá dimensionar os indivíduos e/ ou grupos de várias faixas etárias, que apresentem uma variedade de condições em termos de condicionamento físico e/ou com necessidades particulares de desenvolvimento, havendo o respeito em suas individualidades, tendo para isso, o acompanhamento quando necessário de uma equipe pedagógica e técnica interagindo no trabalho com o mesmo.

Bueno (1999, P.162) diz:

Se por um lado a educação inclusiva exige que o professor do ensino regular adquira formação para fazer frente a uma população que possui características peculiares, por outro, exige que o professor de educação especial amplie suas perspectivas, tradicionalmente centradas nessas características.

Dentro do seu campo de atuação, o professor de EFE deverá estar bem subsidiado, tendo assim uma noção clara do seu papel político como formador de cidadãos sujeitos do seu processo de aprendizagem. Dessa forma, uma quantidade grandiosa de conhecimentos é necessária, não apenas as técnicas desportivas, mas aos processos cognitivos, afetivo-social e psicomotor, como demonstra a seguir a visão de uma professora de EFE Maria Odilnira Cruz Moreira.

*[...] bem a formação mínima é realmente você ter aptidão, aptidão pra exercer a profissão escolhida, a partir disso, você conciliar com a parte científica, buscar várias literaturas que te dê embasamento pra você trabalhar com esse grupo e se possível você fazer uma pós-graduação em Educação Especial, psicomotricidade também, tudo aquilo que amplia o seu horizonte ao nível de percepção de, você realmente sentir como o outro, a partir desse momento que você vai buscando todo esse referencial teórico que vai te possibilitar ter segurança naquilo que você estiver executando. (Regina Leal Almeida - sic).*

Sendo assim, o profissional da EFE deverá em suas práticas pedagógicas buscar se aperfeiçoar, procurando pesquisar elementos novos para contribuir e estimular as aulas onde os alunos com necessidades atípicas em seu desenvolvimento escolar e em suas habilidades motoras, possam interagir com o grupo, ter uma qualidade de vida e participar das atividades físicas, de modo a buscar um melhor desenvolvimento e dentro do processo dá uma resposta positiva a esses estímulos.

Sobre as habilidades Martineli e Mileski (2017, p. 395) explicam como elas são classificadas:

As habilidades são classificadas em habilidades básicas (andar, correr, saltar, arremessar, quicar, rebater [...]); habilidades perceptivas (atividades motoras que envolvam a percepção do executante, por meio dos estímulos visual, auditivo, tátil e cinestésico); habilidades específicas (chute no futebol, cortada no voleibol, o arremesso à cesta e à bandeja do basquete), as quais dependem das habilidades

básicas (andar, correr, saltar, arremessar, quicar, rebater [...]); e comunicação não verbal, isto é, atividades que permitem a expressão, tais como a dança, a ginástica rítmica desportiva e até mesmo a ginástica olímpica.

A escola como espaço inclusivo têm sido alvo de inúmeras reflexões e debates, nos levando inclusive às dimensões físicas e atitudinais que permeiam a área escolar, onde diversos elementos como a arquitetura, engenharia, transporte, acesso, experiências, conhecimentos, sentimentos, comportamentos, valores etc. coexistem, formando esta lacuna complexa. A partir disto, a discussão de uma escola para todos tem suscitado inúmeros debates sobre programas e políticas de inserção dos alunos que possuem deficiências e necessidades especiais. A grande polêmica está centrada na questão de como promover a inclusão na escola de forma responsável e competente.

A educação física adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação através da Resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação e que prevê a atuação do professor de EFE no trabalho com alunos deficientes intelectuais e com outras necessidades especiais. Diante do exposto, sabemos que ainda há muitos profissionais da EFE que hoje atuam nas escolas e não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos pertinentes à educação física adaptada e também a educação inclusiva.

Barcelos *et al* (2020, p. 03) ressaltam que:

Também é importante destacar que a definição/conceituação de deficiência passa por mudanças e evoluções históricas e que resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, conforme declarado na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada no Brasil pelo Decreto no. 6.949/2009. A perspectiva com a qual é compreendida a deficiência influenciam diretamente na aceitação e participação destas pessoas na sociedade.

Sabemos também que nem todas as escolas estão preparadas para receber o aluno com deficiências e por vários motivos, dentre eles: o despreparo e a insegurança dos professores para atender adequadamente as necessidades destes alunos e também, porque os alunos que não têm deficiência não foram preparados no sentido de aceitar ou brincar com os colegas com deficiência, alguns vindo até mesmo excluí-los nas atividades escolares.

Segundo uma professora de EFE da escola Professor José Sobreira de Amorim:

*Só a formação que a gente tem não é suficiente no curso de educação física, é muito pouco em relação à abrangência em Educação Especial, porque assim na disciplina de Educação Especial a gente vê por cima as deficiências e às vezes a gente tem duas aulas por exemplo, de natação e vendar os olhos e ir até o terminal. Eu acho que nós como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deveríamos ter capacitação porque eles fazem um atendimento mais individualizado e nós fazemos em grupo, o trabalho torna-se mais complicado devido a dificuldade. (Irisdiana Maria Soares - sic).*

Os professores são constantemente desafiados em suas práticas educacionais diárias e diante da importante tarefa de ensinar e educar, observamos em seus discursos e/ou desabafo: despreparo, angústia, insegurança, e incerteza quanto a tarefa de trabalhar com grupos que possuem deficiências intelectuais e outras deficiências atípicas de modo a incluí-los em suas salas de aula. Assim, evidenciamos a necessidade de uma formação e capacitação profissional que os possibilitem a atuarem com segurança e a corresponder às expectativas exigidas por todos os envolvidos no processo inclusivo e na educação especial.

#### **2.4 Intervenção do Profissional de Educação Física na Inclusão Escolar**

A missão da educação física no contexto escolar é o de favorecer um pleno desenvolvimento da criança de acordo com suas necessidades e a sua capacidade de realização de movimentos, tendo o professor de EFE como o responsável em propiciar a inclusão de alunos nas atividades propostas, de modo a desenvolver uma relação de confiança, de socialização, de motricidade e de afetividade entre todos.

A educação física adaptada

É uma área da Educação Física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada aluno com

deficiência, respeitando suas diferenças individuais (DUARTE; WERNER, 1995, p.15).

Segundo Bueno e Resa (1995), a educação física adaptada para portadores de deficiências não se diferencia da EFE em seus conteúdos, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados ao indivíduo deficiente. É um processo de atuação docente com planejamento, visando atender às necessidades de seus educandos.

Barros e Gomes (2019, p. 19) ressaltam a importância das atividades físicas:

As atividades físicas regulares promovem a liberação, a médio e longo prazos, de substâncias cerebrais extremamente importantes na recuperação dos sintomas depressivos, como a dopamina, a serotonina e a própria noradrenalina. Outra substância parece exercer uma ajuda preciosa na recuperação dos pacientes deprimidos que conseguem manter suas atividades físicas para além das seis semanas: a endorfina.

Sendo assim, atuação da educação física no trabalho com alunos que apresentam deficiências e em especial a deficiência intelectual utiliza as metodologias e os conteúdos próprios da área, fazendo as adequações necessárias visando atingir objetivos específicos no seu desenvolvimento psicomotor e na sua inserção familiar e social.

## **2.5 Desmistificação de Preconceitos e Respeito às Diferenças na Escola**

A escola tem uma função importante além da missão de ensinar os alunos a compartilhar o conhecimento, a discutir, ensinar o “porque” das coisas e suas diferenças, a favorecer a troca de ideias e a desenvolver o pensamento crítico, a observar e reconhecer os sujeitos em toda a sua complexidade e dimensão humana. Ela deve favorecer principalmente a inserção e inclusão do aluno no universo social, cultural e científico e todos têm o direito assegurado a essa experiência, vivência e convivência no ambiente escolar (MEC/SEE, 2022).

A inclusão no ambiente escolar deve favorecer a igualdade de oportunidades, o respeito à individualidade da criança, o convívio com as diversidades, a valorização da pluralidade cultural buscando aproximar-se das diferenças.

Pedrinelli (2002, p. 54) enfatiza a importância do processo inclusivo e suas possibilidades.

Participar de um processo inclusivo é estar predisposto, sobretudo, a considerar e respeitar as diferenças individuais, criando a possibilidade de aprender sobre si mesmo e sobre cada um dos outros em uma situação de diversidade de ideias, sentimentos e ações [...].

As abordagens no ambiente escolar no tocante a diversidade, devem contemplar uma pedagogia voltada para o educando visando mudanças significativas nas adaptações e necessidades próprias de cada deficiência visando e respeitando a individualidade, as capacidades e potencialidades de cada aluno. Contemplando a diversidade e possibilidades de desenvolvimento neste contexto. Como afirmou a vice-diretora da escola M<sup>o</sup> Odilnira Cruz Moreira: “*O papel da escola é fazer um trabalho educativo e fazendo um trabalho abordando temas anti preconceito sobre as deficiências, com toda a comunidade escolar, com metodologia e planejamento adequado a evolução nesse processo de aprendizagem*” (Sandra Maria Sisnando - sic).

A escola desempenha um papel relevante no processo inclusivo de alunos com deficiências e necessidades especiais, o de assegurar a participação e permanência do aluno no convívio com outras crianças “ditas normais,” possibilitando novos desafios frente aos processos de ensino e aprendizagem, à luz de concepções e práticas pedagógicas inovadoras em consonância com os profissionais os quais estão inseridos na mesma e no trabalho com esse grupo.

Como diz uma professora da escola Professor José Sobreira de Amorim:

*Evitar discriminação e assim também, que no início eles eram tachados de doidos e ai eu fiz o trabalho de conscientização para que eles entendessem a diferença de deficiência e doença mental, porque alguns tomam medicação e outros colegas sabem e ai eu fiz eles entenderem a diferença da deficiência e doença mental* (Maria Bernadete Mendes Gonçalves - sic).

Vê-se que seu trabalho de conscientização deve acontecer com todos que fazem parte da instituição de ensino e tem compromisso com a educação, com o respeito pelos valores e direitos humanos, levando-se em consideração que somos iguais e que cada pessoa em si possui suas peculiaridades e diferenças, devendo,

portanto, ser respeitado em sua integridade e cada um deve trabalhar para esse propósito com ética e respeito mútuo.

## **2.6 A Inclusão na Perspectiva da Família no Meio Escolar**

O caráter integrador da família no processo de inclusão de alunos com deficiências e necessidades especiais na escola é relevante, pois mostra o seu papel, vendo que a mesma é o primeiro canal de comunicação da criança com o mundo, é o primeiro mediador de ensinamentos básicos para a vida em um ambiente onde possibilitará os elementos importantes para a sua formação, constituição e assimilação de modelos, de condutas, de moral e costumes os quais irão determinar suas atitudes e posturas frente à vida e o convívio em sociedade.

Segundo a Constituição Federal promulgada de 1988 no artigo 227 assegura à criança que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao lazer, a profissionalização, a cultura, à dignidade, ao respeito, a liberdade, a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão. (CRAIDY *apud* CRAIDY; KAERCHER, 2001, p.24).

A educação de uma criança é em todos os aspectos, uma tarefa da família e, não apenas de uma parte que a compõe e também não é uma responsabilidade exclusiva da escola. Os pais devem procurar atender a todas as necessidades de seus filhos, interagir no processo educativo, acompanhando o desenvolvimento destes em colaboração e em integração com as instituições de ensino no processo de aprendizagem da criança, buscando contribuir com a gestão escolar e com os profissionais da educação para um maior avanço no processo de inclusão, no desempenho escolar e na formação humana e profissional de seus filhos.

Evidenciamos nas falas de algumas genitoras, as angústias, dúvidas e receios no tocante a inclusão de seus filhos no ambiente escolar, como duas mães que têm seus filhos incluídos em duas das escolas pesquisadas.

*Existe um certo receio da minha parte, eu não confio em deixar ele lá na escola sozinho, eu fico o tempo todo com ele lá. Ave Maria! Meu maior medo é em relação aos profissionais mesmo. Uma vez deixei ele lá sozinho e na hora do recreio um menino ficou jogando pedra para derrubar manga e ai deu uma pedrada no nariz dele e no momento não tinha ninguém com ele lá. (Maria Estefania Sampaio Morais - sic).*

*Ainda não me sinto segura com essa tal de inclusão, o meu medo é de deixar ele lá na escola com os outros que não tem as mesmas dificuldades que ele e esses meninos batam nele, porque ele não é como os outros que sabe se defender e eu já peguei algumas vezes os meninos lá da escola chamando ele de doidinho, de burro, fiquei uma fera até pensei em não levar mais ele, mas pensei o meu filho assim como eles tem o direito de também estudar lá e se deixar ele em casa é pior porque não vai aprender. (Keyla Mércia Cavalcante de Sousa - sic).*

As famílias ainda olham a inclusão de seus filhos na escola comum com certa desconfiança, mas percebem a importância e a necessidade de um atendimento pedagógico voltado às necessidades e ao desenvolvimento destes. Sabem que a inclusão na escola é um direito assegurado por lei e que devem acompanhar e cobrar constantemente das instituições de ensino um maior comprometimento e envolvimento com a educação, com a permanência de seus filhos na escola, com a segurança, com o respeito à diversidade e com as deficiências apresentadas por estas crianças.

## **3. Metodologia**

A metodologia seguiu uma abordagem qualitativa de caráter exploratório. Participaram do estudo três coordenadoras pedagógicas, três profissionais da EFE que atuam no ensino regular e trabalham com alunos que possuem deficiência intelectual, três professoras pedagogas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e três pais que têm filhos com deficiência intelectual ingressos nas respectivas instituições de ensino. Foram utilizados instrumentos de pesquisa como entrevistas compostas por questionários semi-estruturados e observações participantes.

Com relação às observações participantes, Marietto (2019, p. 04) explica que:

A pesquisa busca absorver as peculiaridades culturais desta comunidade por meio da apuração dos processos de interação social. Para esta absorção tentam-se sistematizar os comportamentos, costumes, crenças, além de outras dimensões e elementos culturais compartilhados pelos indivíduos.



Os principais autores que fundamentaram esta pesquisa foram Barcelos (2018), Barros e Gomes (2019), Costa, Ferreira e Barroso (2021) e Sousa (2021).

#### 4. Considerações Finais

Observamos no contexto da educação inclusiva uma lacuna entre o discurso, a teoria e a prática no que se refere à inserção de alunos com deficiência intelectual no ensino fundamental. Se por um lado, o profissional deve estar habilitado e é exigido a trabalhar com a diversidade, ter o conhecimento e a formação necessária para exercer um trabalho qualitativo. Percebemos nas escolas pesquisadas a necessidade e o apelo de muitos profissionais no que se refere a um acompanhamento e apoio constante em suas práticas pedagógicas e investimento de materiais que venham contribuir em suas aulas favorecendo o desenvolvimento e as habilidades psicomotoras dos alunos com deficiência no âmbito escolar.

Considera-se necessária a atuação de um profissional de EFE que dê ênfase em suas práticas pedagógicas a transmissão de conhecimentos sobre a cultura corporal e a valorização da cinestesia da criança, em todas as atividades visando desenvolver aspectos globais na formação e desenvolvimento dentro de um ensino sistematizado.

A EFE que se pretende construir na atualidade apresenta-se através de um caráter reflexivo e inovador, de valorização do outro enquanto ser em construção e não somente com um fim em si mesmo. Esse conceito está em expansão, chegando algumas vezes a chocar e/ou surpreender as visões mais limitadas este conceito contribui para a transformação e construção de uma educação de qualidade.

Enfim, muitas são as contribuições da EFE no que se refere à inclusão de alunos com deficiências e, principalmente, a deficiência intelectual dentre elas: a afetividade, o desenvolvimento das habilidades psicomotoras, a socialização, a capacidade de aquisição de movimentos, a auto-estima, a ludicidade e a descontração, entre outras.

#### Referências

- [1]. BARCELOS, M.; MARTINS, R. L. D. R.; BONFAT, D. L.; BRITO, L. X. A inclusão na Educação Física escolar: um estudo narrativo com professores de Miracema do Tocantins/TO. **Motrivivência**, (Florianópolis), v. 32, n. 63, p. 01-18, julho/dezembro, 2020. ISSN 2175-8042. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2020e72134>.
- [2]. BARROS, R. C. da S.; GOMES, R. L. R. O exercício físico como ferramenta de motivação e produtividade no meio corporativo. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**. Abril, 2019. ISSN: 1696-8352. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/oel/2019/04/exercicio-fisico-productividade.html>. Acesso em: abril/2022.
- [3]. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- [4]. BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.
- [5]. BUENO, S. T.; RESA, J.A.Z. **Educacion Física para niños y niñas con necesidades educativas especiales**. Málaga: Ediciones Aljibe, 1995.
- [6]. COSTA, O. R. da; FERREIRA, J. dos S.; BARROSO, A. L. **Conscientizar: Promovendo A Conscientização Da Necessidade De Uma Escola Para Todos Em Uma Escola Municipal De Fortaleza**. In: 1º Seminário Internacional da Educação – Perspectivas educacionais para o século XXI: por uma Educação de qualidade com equidade/ Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza. – Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2021. ISBN: 978-65-88819-07-4.
- [7]. CRAIDY, C. M.; KAERCHER, G. E. P. da S. **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001. ISBN13: 978-8573077704.
- [8]. DUARTE, E.; WERNER, T. **Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências**. In: Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência: educação à distância. Rio de Janeiro: ABT: UGF, 1995, v. 3.
- [9]. MEC/SEF. Brasil. Secretaria de Educação Fundamenta. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação física / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC / SEF, 1997. 96p.
- [10]. FORTUNATO, M. Educação e deficiência. In: MONTANO, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: Memnon, 1997.
- [11]. MARIETTO, M. L. Observação Participante e não Participante: Contextualização Teórica e Sugestão de Roteiro Para Aplicação dos Métodos. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**. vol. 17, núm. 4, pp. 05-18, 2018. ISSN: 2176-0756. DOI: <https://doi.org/10.5585/ijsm.v17i4.2717>.
- [12]. MARTINELLI, T. A. P.; MILESKI, K. G. Concepções pedagógicas de Educação Física: os conceitos de diferença e inclusão. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 395-413, maio/ago. 2017. ISSN 1809-4309 (Versão online). DOI: 10.5212/PraxEduc.v.12i2.000.

- [13]. PEDRINELLI, V. J. Possibilidades na diferença: O processo de Inclusão, de todos nós. Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial. **Revista Integrada**. Ano 14, Edição Especial, 2002. ISSN 2359-4632.
- [14]. SOUSA, C. A. de. Círculo de cultura e Educação Física escolar: inspirações decoloniais em Paulo Freire. *Rev. Ed. Popular*, Uberlândia, Edição Especial, p. 277-293, set. 2021. ISSN: 1982-7660. DOI: <https://doi.org/10.14393/REP-2021-62510>.